

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 517.049 - PA (2019/0180152-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : ANTERO DOS SANTOS AZEVEDO**  
**ADVOGADO : LUIZ CARLOS PINA MANGAS JUNIOR - PA015589**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*.  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DOSIMETRIA.  
MAJORAÇÃO DA PENA BASE. FUNDAMENTOS IDÔNEOS E  
SUFICIENTES. PRECEDENTES. CONTINUIDADE DELITIVA.  
ACRÉSCIMO PELO NÚMERO DE CONDUTAS. *BIS IN IDEM*. NÃO  
OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. NOVO  
ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE NO JULGAMENTO ADC  
N. 43, 44 E 54 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. AGRAVO  
REGIMENTAL PROVIDO EM PARTE.

1. Os fundamentos utilizados pelo magistrado sentenciante para negativar os vetores culpabilidade e consequências do crime – paciente/agravante ter cometido o delito se valendo do cargo que ocupa – Chefe das Agências da Previdência Social – *"somado às reiteradas práticas por grande lapso temporal (dois anos)"* (acórdão – fls. 36/37), mostram-se idôneos e suficientes, na medida em que denotam a maior reprovabilidade e ousadia de sua conduta.

Concreta a motivação dada relativa às consequências do crime – fato de que a conduta por ele praticada implicou prejuízo aos cofres da Previdência social da ordem de R\$ 153.979,15 (em valor histórico) – posto referido vetor consiste nos efeitos danosos provocados à vítima.

2. Não configurado *bis in idem* no que pertine à continuidade delitiva. Fez-se na primeira fase da dosimetria referência as reiteradas incorrências no tempo da conduta típica, acresça-se, atrelado ao fundamento de o paciente exercer o cargo de função de chefia nas agências da Previdência Social, tão só para demonstrar a maior ousadia e reprovabilidade da conduta, fundamento diverso e diferente do utilizado na terceira etapa, em que se entendeu materializada a continuidade, *ex vi* do disposto no art. 71 do Código Penal – CP, considerando o fato de o ora paciente *"ter incorrido ao menos por 13 (treze) vezes na conduta em análise, em condições de lugar e maneira de execução que fazem presumir que os comportamentos criminosos consubstanciaram continuação um dos autos"*, tendo aumentado, no ponto, a pena em metade. Precedentes.

3. O Plenário da Suprema Corte, ao concluir o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, modificou seu posicionamento, por 6 votos a 5, no sentido de não ser possível a execução

# Superior Tribunal de Justiça

da pena pelo simples exaurimento recursal perante as instâncias ordinárias, retornando o entendimento de que deve prevalecer a presunção de inocência até o trânsito em julgado da condenação.

Considerando que a decisão da Suprema Corte, proferida em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade, tem eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, deve ser ela acatada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A sentença condenatória assegurou o direito de apelar em liberdade. Determinada pelo Tribunal *a quo* a execução provisória da pena em função exclusivamente do exaurimento das instâncias ordinárias. Nessa ordem de idéias, deve ser concedida a ordem, de ofício, para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, resguardada a possibilidade de decretação da nova segregação antecipada com base em decisão devidamente fundamentada e tendo em vista os requisitos ensejadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

4. Agravo regimental parcialmente provido para, assegurar ao paciente/agravante o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão por decisão devidamente fundamentada.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator